



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (14/06) a Quarta-feira (19/06)

Manchetes

MPF: 7CCR orienta procuradores a apurar ilícitos em helicópteros de intervenção policial

Estadão: 'Caveirões aéreos' na mira da Procuradoria

MPF: Em nota pública, 7CCR pede a revogação de decreto que fragiliza combate à tortura no Brasil

MPF: MPF deve investigar ação de militares que resultou em duas mortes no Rio de Janeiro, defende 7CCR

El País: Polícia é principal responsável por mortes intencionais de crianças e adolescentes em São Paulo

UOL: OEA critica governo Bolsonaro por exonerações em órgão de combate à tortura

O Globo: Witzel ataca MPF e afirma que estado vai investigar omissões do órgão

G1: STJ manda soltar homem que ficou preso 7 meses acusado de dar 'auxílio moral' a criminosos

Síntese das notícias

7CCR orienta procuradores a apurar ilícitos em helicópteros de intervenção policial:

A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (7CCR/MPF), responsável pelo controle externo da atividade policial e do sistema prisional, orienta procuradores da República a abrirem procedimentos junto à Justiça Federal para apurar possíveis crimes a bordo de helicópteros de intervenção policial, chamados popularmente “caveirões aéreos”. No documento, os procuradores da República são informados de que a Constituição fixa a competência federal para processar e julgar crimes a bordo de navios ou aeronaves (Constituição, art. 109) e que o Código Brasileiro de Aeronáutica identifica helicópteros no conceito de aeronave do texto constitucional (Lei 7.565/1986, art. 106). A nota técnica do MPF menciona, entre outros argumentos, que a atribuição da Justiça Federal para tratar de crimes a bordo de aeronaves está fundamentada ainda na existência de interesse da União na gestão do sistema aeronáutico. [Leia a íntegra da nota técnica.](#) (18/06/19)

Em nota pública, 7CCR pede a revogação de decreto que fragiliza combate à tortura no Brasil: A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do



Ministério Público Federal (7CCR/**MPF**) divulgou nota pública contrária à medida do governo federal que altera o funcionamento e a composição de órgãos do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT). Para o MPF, as mudanças constituem dramático retrocesso no processo de afirmação e efetivação dos direitos humanos no Brasil. Na nota, o MPF afirma que o SNPCT, instituído pela Lei 12.847/2013, possibilitou o desenvolvimento de um trabalho sistemático, técnico e planejado de apuração da prática de tortura. Além disso, é responsável pela elaboração de relatórios e recomendações às administrações de presídios, de penitenciárias e de estabelecimentos de internação de pessoas. De acordo com a 7CCR, as mudanças introduzidas no funcionamento e na composição de órgãos do SNPCT fragilizam e enfraquecem a institucionalidade, os métodos e as estratégias nacionais de prevenção e combate à tortura no Brasil. [Leia a nota na íntegra.](#) (14/06/19)

MPF deve investigar ação de militares que resultou em duas mortes no Rio de Janeiro, defende 7CCR: Em memorando enviado à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do **MPF** (7CCR) defende que o Ministério Público Federal (MPF) investigue crimes cometidos por militares contra civis, entre eles a ação do Exército que resultou na morte do músico Evaldo Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano de Barros Goes, em abril deste ano no Rio de Janeiro. O documento, assinado pelo coordenador da 7CCR, o subprocurador-geral da República Domingos da Silveira, questiona a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determinou o arquivamento da investigação do MPF sobre o caso. Segundo a 7CCR, a Constituição é clara ao estabelecer que devem ser julgados pela Justiça Militar apenas os crimes militares – ou seja, aqueles que atentem contra a hierarquia, a disciplina e as instituições militares. [Leia a íntegra da manifestação.](#) (14/06/19)

Polícia é principal responsável por mortes intencionais de crianças e adolescentes em São Paulo: A principal causa de mortes intencionais de crianças com menos de um ano e adolescentes e jovens de até 19 anos na cidade de São Paulo é a ação das polícias, seja Civil ou Militar. O índice faz parte de um estudo da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que integra a ONU (Organizações das Nações Unidas). A conclusão tem como base estatísticas da SSP (Secretaria da Segurança Pública) do



estado de São Paulo, chefiada pelo general João Camilo Pires de Campos neste governo de João Doria (PSDB), e leva em consideração as mortes violentas intencionais registradas na capital de 2014 a 2018. Os dados foram expostos pela diretora executiva do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Samira Bueno, responsável pelo estudo, durante debate sobre letalidade policial na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), na última quinta-feira (13). Fonte: **El País. (18/06/19)**

OEA critica governo Bolsonaro por exonerações em órgão de combate à tortura: A OEA (Organização dos Estados Americanos), através da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), criticou a exoneração de todos os peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, realizada por decreto do presidente Jair Bolsonaro na última terça-feira (11). Com a medida, o governo remanejou os 11 cargos do órgão para o Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes. Segundo o comissário Joel Hernández, relator da CIDH sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade e para a Prevenção e Combate contra a Tortura, "o desmantelamento de mecanismos de monitoramento independentes dessa natureza resulta especialmente preocupante, tendo em vista as deploráveis condições de detenção que prevalecem nas prisões do Brasil". Fonte: **UOL. (14/06/19)**

Witzel ataca MPF e afirma que estado vai investigar omissões do órgão: O governador Wilson Witzel afirmou que o estado vai investigar as omissões do Ministério Público Federal. O pronunciamento foi feito durante uma cerimônia no Batalhão de Choque da Polícia Militar, no Centro do Rio. Ao comentar a decisão da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que orientou procuradores a instaurar procedimentos junto à Justiça Federal para apurar tiros disparados de helicópteros durante operações policiais, o governador criticou a atuação do MPF em relação aos crimes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas e armas. De acordo com o governador, a movimentação financeira do crime organizado no ano de 2017 superou a cifra de R\$ 15 bilhões. Witzel pediu que o MPF demonstre resultados de suas ações. Fonte: **O Globo. (18/06/19)**

STJ manda soltar homem que ficou preso 7 meses acusado de dar 'auxílio moral' a criminosos: A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a soltura de um homem que passou sete meses preso, no Rio de Janeiro, sob a acusação de dar



"auxílio moral" ao crime de receptação. A decisão foi tomada em julgamento na tarde de terça-feira (18). No julgamento do pedido de liberdade, o advogado de defesa propôs aos integrantes da Sexta Turma a aplicação de medidas cautelares em troca da soltura de seu cliente. Representante da Procuradoria-Geral da República (PGR) na sessão da Sexta Turma, o subprocurador-geral Domingos Sávio Silveira criticou duramente a própria acusação do Ministério Público do Rio. Em sua avaliação, "a denúncia namora com a inépcia [inaptidão]". O subprocurador disse ainda que, diante da superlotação do sistema carcerário fluminense, seria ineficiente manter preso um acusado de crime brando. Fonte:

G1. (19/06/19)